Mensagem nº 20/14 21/646 fl. 02

PROJETO DE LEI Nº 21/2014
DOCUMENTO Nº 646/2014

Autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênios com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação e a Fundação para o Desenvolvimento da Educação, visando à construção de creches.
Proc. nº 13294/14

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Convênios e Termos Aditivos com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação e a Fundação para o Desenvolvimento da Educação, visando à construção de creches, nos termos da Minuta anexa.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

* * *

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETÁRIA

Termo de Convênio que entre si celebram o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e o Município de objetivando executar (Processo nº - SE).

O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, neste ato representada pela sua Titular, devidamente autorizada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, nos termos do Decreto nº 36.546, de 15 de março de 1993, alterado pelos Decretos nº 40.904, de 12 de junho de 1996 e nº 41.814, de 27 maio de 1997, doravante denominada SECRETARIA, a Fundação para o Desenvolvimento da Educação, neste ato representada pelo seu Diretor Executivo, na forma de seu Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 27.102, de 23 de junho de 1987, doravante denominada FDE, e o Município de doravante denominado MUNICÍPIO, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. devidamente autorizado pela Lei Municipal nº . de de de 199 , têm entre si justo e acertado celebrar o presente convênio, que estará sujeito às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, com as cláusulas que se seguem:

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETÁRIA

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do Objeto

Os partícipes comprometem-se a executar, mediante mútua colaboração.

no Município de

. Cláusula Segunda, integrante do processo, que será definido em conjunto pelos partícipes, respeitadas as diretrizes e normas pedagógicas da SECRETARIA, com orientação técnica da FDE.

CLÁUSULA SEGUNDA

A SECRETARIA, a FDE e o MUNICÍPIO, mediante ação conjunta, a partir do parecer apresentado pelos Responsáveis pela Educação no Município - REM, deverão estabelecer o Plano ; que fará parte integrante do Programa de Ação Cooperativa

§ 1º - O Plano será constituído por um conjunto de localizadas no Município

§ 2º - O Plano será executado de acordo com a prioridade estabelecida pelos partícipes e segundo a disponibilidade financeira da SECRETARIA e do MUNICÍPIO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETÁRIA

CLÁUSULA TERCEIRA

Das Obrigações dos Partícipes

I - Obrigações comuns

a) fazer cumprir o Programa de Ação Cooperativa Estado-Município respeitando seus objetivos e suas particularidades.

b) proporcionar, reciprocamente, facilidades para:

1 adequada implantação e desenvolvimento dos Programas;

2 fluxo de dados e informações;

3 apoio mutuo entre os partícipes na utilização dos recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis;

4 supervisão da implantação, execução e avaliação do Programa objeto deste Convênio

II - Obrigações da SECRETARIA.

a) prestar orientação normativa na área administrativa;

b) destinar recursos financeiros para a execução deste Convênio;

c) acompanhar, avaliar e ajustar as atividades previstas neste Convênio.

d) reservar em seu orçamento, nos exercícios subseqüentes, os recursos para atender aos compromissos decorrentes deste Convênio que ultrapassarem o limite de um exercício

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETÁRIA

III - Obrigações da FDE:

a) prestar orientação técnica nas áreas de

b) garantir pessoal técnico necessário ao desenvolvimento das ações previstas no Programa, assegurando sua remuneração e demais obrigações correlatas, de acordo com as disposições legais e regulamentares vigentes;

c) efetuar análise técnica e avaliação dos custos para cada tipo de intervenção pretendida;

d) acompanhar e controlar , através de vistorias com prioridade maxima de 30 (trinta) dias, com elaboração de relatório de avaliação do desenvolvimento do cronograma fisico-financeiro e com vistas à liberação das parcelas previstas na Cláusula Sexta deste Termo;

e) acompanhar e avaliar as atividades previstas neste Convênio, respeitando o principio de ação conjunta e cooperativa.

IV - Obrigações do MUNICÍPIO:

a) criar instrumentos legais e regulamentares, no âmbito municipal, que viabilizem a execução das Clausulas deste Convênio e de seus Termos Aditivos.

b) assegurar pessoal necessário ao desenvolvimento das ações previstas no Programa objeto deste Convênio, observadas as disposições legais e regulamentares e respeitado o principio de ação conjunta e cooperativa;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETÁRIA

I) em caso de rescisão do(s) contrato(s) firmado(s) entre o MUNICÍPIO e terceiros, a SECRETARIA, através da FDE, entrará imediatamente na posse , equipamentos, materiais e demais elementos necessários à continuidade dos serviços, cabendo ao MUNICÍPIO, posteriormente, o ressarcimento devido, mediante acerto de contas e observados os preços contratuais.

CLÁUSULA QUARTA

Da Execução do Convênio

I - a execução do Convênio ficará a cargo dos órgãos da SECRETARIA, da FDE, e do MUNICIPIO, no âmbito de suas respectivas competências e atribuições.

II - cada partícipe se responsabilizará pelas contratações que fizer, na forma da lei.

III - caberá ao MUNICIPIO a administração financeira dos recursos que a SECRETARIA lhe destinar para a execução da(s) obra(s);

IV - a(s) ações abaixo relacionada(s), constante(s) do Plano de s que instrui o processo, será(ão) realizada(s) no regime de execução direta e/ou indireta, atendendo as normas e padrões vigentes na SECRETARIA e na FDE, mas sob inteira responsabilidade do MUNICÍPIO, que arcará com os ônus decorrentes, inclusive contra terceiros, bem como com todos os encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e legais advindos de sua execução, realizando, às suas expensas, os ensaios tecnológicos de concreto, aço e compactação de aterro, de acordo com as normas da ABNT e da FDE:

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETÁRIA

DENOMINAÇÃO:

LOCALIZAÇÃO:

INTERVENÇÃO:

VALOR:

DENOMINAÇÃO

LOCALIZAÇÃO

INTERVENÇÃO

VALOR

V - para efeito de estabelecimento do(s) valor(es) acima constante(s) serão adotados, como limite maximo, os decorrentes da utilização dos mesmos critérios de custos utilizados pela FDE para a execução.

CLAUSULA QUINTA

Dos Recursos Financeiros

O valor do presente Convênio é de R$ (
R$), cabendo à SECRETARIA (
R$), e ao MUNICÍPIO (
SECRETARIA, no montante de R$), correndo a despesa da (
), à conta do Elemento Econômico do

§ 3º - Os recursos financeiros necessários à execução na Clausula Quarta deste Convênio somente serão repassados após a conclusão da(s) obra(s) priorizada(s) nesta Cláusula.

§ 4º - Em casos excepcionais, poderá ser alterada a priorização estabelecida nesta Cláusula, mediante parecer favorável do REM e aprovação prévia da SECRETARIA e da FDE

CLÁUSULA SEXTA

Da Forma de Transferência dos Recursos Financeiros

A SECRETARIA efetuará repasses ao MUNICÍPIO dos recursos financeiros previstos neste Termo de Convênio em 5 (cinco) parcelas, obedecendo o seguinte critério

I - 15% (quinze por cento) do valor que lhe cabe no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da data da assinatura deste Termo.

II - 25% (vinte e cinco por cento) do valor que lhe cabe .. quando atingir 15% (quinze por cento) de sua execução;

III - 25% (vinte e cinco por cento) do valor que lhe cabe .. quando atingir 40% (quarenta por cento) de sua execução;

IV - 20% (vinte por cento) do valor que lhe cabe . quando . atingir 65% (sessenta e cinco por cento) de sua execução;

V - 15% (quinze por cento) do valor que lhe cabe .. quando atingir 85% (oitenta e cinco por cento) de sua execução.

CLÁUSULA OITAVA

Das Modificações no Projeto

O MUNICÍPIO somente poderá introduzir modificações no projeto, serviços ou especificações desde que as mesmas sejam previamente aprovadas pela FDE e pela SECRETARIA, devendo aquelas seguirem o padrão e/ou características construtivas do predio

CLÁUSULA NONA

Das Alterações

O presente Convênio poderá ser reformulado ou alterado pelos signatários mediante Termos Aditivos, tendo em vista a conveniência e interesse dos partícipes.

CLÁUSULA DECIMA

Da Divulgação

O MUNICÍPIO deverá promover a divulgação deste Termo (objeto, valores, prazos, etc) para toda a comunidade local, através dos principais meios de comunicação ao alcance do Município e, pela mesma razão, confeccionar e manter em local visível, placa com os dados da(s) mesma(s), de acordo com modelo fornecido pela SECRETARIA.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Do Encerramento

Concluidos todos os serviços previstos neste Termo, deverão ser apresentados à SECRETARIA:

I - relatório circunstanciado de responsabilidade do profissional a que se refere a alínea "e", inciso IV, da Cláusula Terceira deste Convênio;

II - relatório da vistoria realizada pela FDE, para recebimento da(s) obra(s).

III - pelo MUNICÍPIO, Certidão Negativa de Débito - C.N.D., junto ao INSS, ou declaração de que não recolhe IAPAS;

IV - prestação de contas por parte do MUNICÍPIO, nos moldes exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Da Prestação de Contas

A prestação de contas dos recursos financeiros deverá ser feita nos moldes exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado. No caso de aplicação indevida da verba consignada pela SECRETARIA, será exigida sua devolução, acrescida de juros e correção monetaria, calculados na forma dos aplicados às cadernetas de poupança.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Da Vigência

O presente Convênio terá a duração de 2 (dois) anos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado automaticamente até o limite de 5 (cinco) anos, caso não haja manifestação em contrário, por nenhum dos partícipes, até 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência.

Parágrafo único - A vigência dos Termos Aditivos será a partir da data de assinatura até o limite da vigência do Convênio ao qual se vincula.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Da Denúncia, Rescisão ou Resolução

I - o Convênio poderá ser desfeito durante o prazo de vigência, por mútuo consentimento dos partícipes ou denúncia de qualquer deles, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias;

II - o Convênio poderá ser rescindido por infração, legal ou convencional, respondendo pelas perdas e danos o partícipe que lhes der causa;

III - a Secretaria da Educação, o Diretor Executivo da FDE e o Prefeito Municipal são autoridades competentes para denunciar, resolver ou rescindir este Convênio

Parágrafo único - Toda e qualquer importância que venha a ser devolvida por parte do MUNICÍPIO à SECRETARIA, deverá ser acrescida de juros e correção monetária, calculados na conformidade dos aplicados às cadernetas de poupança

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
Dos Casos Omissos

Os casos omissos que surgirem na vigência deste Convênio serão solucionados por consenso dos convenentes, por meio de assinatura de instrumento específico.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
Do Foro

Fica eleito o Foro da Capital do Estado para dirimir todas as questões resultantes da execução deste Convênio, após esgotadas as instâncias administrativas.

E, por estarem de acordo, firmam o presente Convênio em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, de de 199

Secretária da Educação

Diretor Executivo da Fundação para o Desenvolvimento da Educação

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS

1. _____
RG
CIC

2. _____
RG
CIC

PROTOCOLO DE ENTREGA DE MENSAGEM PARA O PRESIDEI

DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

M E N S A G E M- N.º 18/14 - Do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto c Complementar que institui a Lei Geral Municipal do Microempreendedor Individua Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (EPP) do Município de São Vicente e dá o providências.

M E N S A G E M- N.º 19/14 - Do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto d que autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênios com o governo do Estado de São P por intermédio da Secretaria da Educação e a Fundação para o Desenvolvimento Educação, na área da educação.

M E N S A G E M- N.º 20/14 - Do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto d que autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênios com o Governo do Estado de São P por intermédio da Secretaria da Educação e a Fundação para o Desenvolvimento Educação, visando à construção de creches.

M E N S A G E M- N.º 21/14 - Do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto Lei que autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção à Associação Sonhar é Preciso.

M E N S A G E M- N.º 25/14 - Do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de que altera a redação do art. 2.º e acrescenta art. 3.º à Lei n.º 3172-A, de 28.03.14, que in item ao art. 1.º da Lei n.º 1785, de 1.º de setembro de 1978 e suas alterações, que autoriz Poder Executivo a celebrar Convênio com entidades particulares assistenciais e benemerência situadas no Município.

VEREADOR	DATA	ASSINATURA
ROBERTO ROCHA	3/07/14	